

Nova Ventos do
Morro do
Chapéu Energias
Renováveis S/A

**Demonstrações financeiras
em 31 de dezembro de 2020**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores da

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A.

Tianguá - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

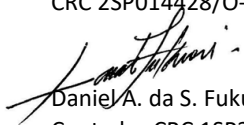
Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2021
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativos	Nota	31/12/2020	31/12/2019	Passivos	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalente de caixa	5.a	3.233	3.874	Fornecedores	12	5.271	2.844
Contas a receber	6	2.862	3.118	Financiamentos	13	7.300	14.729
Adiantamento a fornecedores	7	2.120	1.468	Obrigações tributárias	15.a	178	516
Tributos a recuperar	8.a	443	548	Imposto de renda e contribuição social a recuperar	15.b	264	178
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	8.b	547	101	Obrigações sociais e trabalhistas		5	-
Despesas pagas antecipadamente	9	273	87	Mútuos financeiros com partes relacionadas	22	200	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	22	913	713	Arrendamentos	10	4	1
				Provisão de ressarcimento	14	12.290	1.147
Total do ativo circulante		10.391	9.909	Outras contas a pagar		725	157
Contas a receber	6	141	-	Total do passivo circulante		26.237	19.572
Fundos vinculados	5.b	25.433	13.161	Financiamentos	12	85.564	78.029
Despesas pagas antecipadamente	9	94	984	Compensação de infraestrutura		-	600
Direito de uso	10	780	528	Arrendamentos	10	805	538
Imobilizado	11	127.670	133.161	Provisão de ressarcimento	14	-	6.016
Total do ativo não circulante		154.118	147.834	Total do passivo não circulante		86.369	85.183
				Patrimônio líquido	17		
				Capital social		67.444	68.042
				Prejuízos acumulados		(15.541)	(15.054)
				Total do patrimônio líquido		51.903	52.988
Total do ativo		164.509	157.743	Total do passivo e patrimônio líquido		164.509	157.743

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita operacional líquida	18	<u>21.688</u>	<u>23.316</u>
Custos de operação	19	<u>(14.147)</u>	<u>(13.502)</u>
Lucro bruto		<u>7.541</u>	<u>9.814</u>
Despesas gerais e administrativas	20	<u>(901)</u>	<u>(1.234)</u>
Outras receitas operacionais		<u>821</u>	<u>-</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>7.461</u>	<u>8.580</u>
Receitas financeiras	21	<u>433</u>	<u>577</u>
Despesas financeiras	21	<u>(7.379)</u>	<u>(9.028)</u>
Despesas financeiras		<u>(6.946)</u>	<u>(8.451)</u>
Resultado antes dos tributos		<u>515</u>	<u>129</u>
Imposto de renda e contribuição social	16	<u>(1.002)</u>	<u>(901)</u>
Prejuízo do exercício		<u>(487)</u>	<u>(772)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Prejuízo do exercício	(487)	(772)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>(487)</u>	<u>(772)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>83.024</u>	<u>(14.982)</u>	<u>(14.282)</u>	<u>53.760</u>
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(772)</u>	<u>(772)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>83.024</u>	<u>(14.982)</u>	<u>(15.054)</u>	<u>52.988</u>
Redução de capital social	17	(15.580)	14.982	-	(598)
Prejuízo do exercício		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(487)</u>	<u>(487)</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>67.444</u>	<u>-</u>	<u>(15.541)</u>	<u>51.903</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes dos tributos		<u>515</u>	<u>129</u>
Ajustes para reconciliar o resultado do período com recursos provenientes de atividades operacionais:			
Juros sobre financiamento	13	7.055	8.633
Custo de captação apropriado ao resultado	13	208	211
Depreciação	11	6.867	7.006
Baixa de imobilizado	11	-	150
Provisão de ressarcimento	14	5.127	3.446
Provisão para desmobilização		(600)	-
Juros incorridos de arrendamento	10	56	57
Amortização de direitos de uso	10	<u>19</u>	<u>12</u>
		<u>19.247</u>	<u>19.644</u>
Variações em:			
Contas a receber	6	115	(794)
Impostos a recuperar	8.a	105	342
Impostos de renda e contribuição social a recuperar	8.b	(446)	-
Contas a receber partes relacionadas	22	(200)	-
Mútuos financeiros com partes relacionadas	22	200	(713)
Adiantamento a fornecedores		(652)	(878)
Despesas pagas antecipadamente	9	704	474
Fornecedores	12	2.427	1.664
Obrigações sociais e trabalhistas		5	(170)
Obrigações tributárias	15.a	(338)	423
Impostos de renda e contribuição social a recolher	15.b	3	(86)
Outras contas a pagar		<u>568</u>	<u>(29)</u>
Caixa gerado pelas atividades operacionais		<u>21.738</u>	<u>19.877</u>
Pagamento de juros de financiamentos	13	(3.607)	(8.341)
Pagamento de IR e CS		<u>(919)</u>	<u>(853)</u>
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>17.212</u>	<u>10.683</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição ao ativo imobilizado	11	<u>(1.376)</u>	<u>(261)</u>
Fluxo de caixa (utilizado nas) atividades de investimento		<u>(1.376)</u>	<u>(261)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Pagamento de principal de financiamentos	13	(3.550)	(7.037)
Custo de captação de financiamentos	13	-	(544)
Pagamento de principal e juros de arrendamentos	10	(57)	(58)
Redução de capital social	17	(598)	-
Fundos vinculados	5.b	<u>(12.272)</u>	<u>(2.269)</u>
Caixa líquido (utilizado nas) atividade de financiamento		<u>(16.477)</u>	<u>(9.908)</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(641)</u>	<u>514</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	5.a	3.874	3.360
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	5.a	<u>3.233</u>	<u>3.874</u>
(Redução) Aumento no caixa e equivalentes de caixa		<u>(641)</u>	<u>514</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

a. Constituição e capacidade produtiva

A Nova Ventos do Morro do Chapéu Energias Renováveis S/A “Companhia” é uma sociedade anônima de capital fechado, controlada pela São Jorge Holding S.A, a qual detém 100% de suas ações e a controladora final é a Echoenergia Participações S.A. Foi constituída em 15 de outubro de 2010, estabelecida na Rodovia BR 222, S/N, Km 337, Zona Rural, Município de Tianguá, estado de Ceará. A Companhia tem por principal objeto social a geração de energia elétrica por meio de geradores eólicos a partir do empreendimento EOL Ventos do Morro do Chapéu, incluindo a implantação e montagem, bem como a comercialização de energia.

A Companhia possui 1 (uma) central geradora de energia eólica situada no município de Tianguá, no Estado do Ceará, constituída de 15 (quinze) unidades geradoras de 1,69 MW médios, totalizando 25,35 MW médios de capacidade instalada.

1.1 Projeto de geração eólica

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía a seguinte autorização outorgada pela ANEEL para exploração de energia eólica:

Projeto Eólico	Resolução Original (*)	Data	Prazo	Capacidade de energia instalada (MW médios)	Garantia Física (MW médios)
EOL Ventos do Morro do Chapéu	Port. 381/2011	30/06/2011	35 anos	27,51	14,1

(*) Alterada pelo despacho ANEEL nº 990 de 08 de abril de 2020

1.2 Contratos de venda de energia

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possuía o seguinte contrato de compra e venda de energia de longo prazo:

Empreendimento	Tipo	Energia Contratada (MW)	Preço (MW/h) (b)	Índice de reajuste (c)	Mês de reajuste	Vencimento
EOL Ventos do Morro do Chapéu	LFA 7/2010 (a)	13,1	R\$ 133,4	IPCA	Novembro	Novembro/2036

EOL Ventos do Morro do Chapéu	ACL (c)	Variável	Variável 1	N/A	N/A	Dezembro/2020
(a) <i>Leilão de Fontes Alternativas</i>						
(b) <i>Valor em R\$ para 31 de dezembro de 2020</i>						
(c) <i>Ambiente de contratação Livre</i>						

1.3 Capital circulante líquido

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a entidade conseguirá cumprir suas obrigações de pagamentos decorrentes de passivos financeiros conforme os prazos divulgados na Nota Explicativa 24.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$15.846 (R\$9.663 negativo em 31 de dezembro de 2019). O capital circulante negativo da Companhia se deve principalmente às amortizações previstas dos financiamentos da Companhia e a provisão de ressarcimento devido a geração de energia abaixo do contratos no ambiente regulado. A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, suportado pelos contratos de longo prazo para fornecimento de energia firmados com seus clientes e eventuais aportes de capital, se necessário, representando condições adequadas para cumprir as obrigações operacionais de curto prazo. A administração concluiu que não existe grau de incerteza relevante sobre a capacidade do Grupo de liquidar seus passivos financeiros de curto e longo prazo.

b. Efeitos COVID – 19

a. Contexto Geral

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que a corona vírus (COVID-19) é uma emergência de saúde global. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos.

A portaria nº 188 de 03 de fevereiro de 2020 assinada pelo Ministro da Saúde, declara Estado de Emergência Pública e o Congresso Nacional aprovou em caráter de urgência um projeto de Lei com medidas contra o Covid-19, promulgando o isolamento e separação de pessoas doentes ou contaminadas, quarentena, restrição de atividades, realização de exames médicos e vacinação, restrição de entrada e saída no país entre outras.

Diante ao exposto a Administração implementou o sistema de trabalho home office para todos os colaboradores das áreas corporativas, e, também remanejou todas as reuniões presenciais para online, proibindo a realização de viagens internacionais e restringindo as nacionais, autorizando-as somente em caso de extrema necessidade.

Nas plantas operacionais e projetos em construção foram implementadas uma série de ações educativas para os trabalhadores sobre tema de prevenção do COVID-19. Todos os colaboradores e terceiros foram orientados a reportar quaisquer casos suspeitos e a Companhia faz o monitoramento constante da situação. Em caso de suspeita de contaminação, a pessoa e todos que tiveram contato com ela, são colocados em quarentena imediatamente. Também foi montado um plano de contingência para que Plantas e Centro de Operações não corram o risco

de não operação em casos de contaminação, que consiste principalmente em realocação de profissionais já qualificados nas funções entre diferentes regiões do país, caso seja necessário.

b. Impacto nas demonstrações financeiras

A Administração avalia de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos do surto nas operações e nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2020, considerando o estágio atual da disseminação do surto de COVID-19, foi possível identificar os impactos da pandemia de forma mais assertiva em relação aos períodos anteriores, e até a data de autorização para emissão dessas demonstrações financeiras, a Administração concluiu que não houve impacto significativo em seus negócios, e também não são esperados impactos relevantes nas operações futuras decorrente da pandemia, dado as características do setor em que a Companhia. A seguir estão elencadas as duas principais contas acompanhadas pela Companhia.

i. Receita e contas a receber

As receitas da Companhia estão atreladas aos contratos de longo prazo para venda de energia nos ambientes regulado e livre, os contratos no setor de energia tem por característica mecanismos que agregam confiabilidade e controlam a inadimplência entre participantes setoriais. Não foram identificadas perdas de contratos com clientes após o início da pandemia. A redução da receita apresentada nas demonstrações de resultado da Companhia, refere-se à diminuição do fluxo de ventos em 2020 frente a 2019, e não estão relacionadas a medidas para combate a pandemia da COVID-19.

Pela característica dos contratos de venda, não foram observados aumentos nos níveis de inadimplência ou riscos de não liquidação do contas a receber da Companhia, portanto não houve necessidade de constituição para perda estimada com crédito de liquidação duvidosa para o período decorrente da pandemia da COVID-19.

ii. Suspensão temporária dos pagamentos de financiamentos do BNDES

A Companhia obteve em junho de 2020, junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) a aprovação para suspensão do pagamento do serviço da dívida por seis meses, a transação é conhecida no mercado como Stand still.

2 Base de preparação

a. Declaração e conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras, foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2021. Após a emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária Brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Aplicações financeiras e Fundos vinculados que são mensurados a valor justo.

Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real, e essas demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Direito de uso e Arrendamentos (nota explicativa nº 10) – estimativa da taxa implícita de desconto utilizada no cálculo do valor presente
- Imobilizado (nota explicativa nº 11) – aplicação das vidas úteis definidas e principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Provisão para ressarcimento (nota explicativa nº 14) – principais premissas utilizadas na mensuração da provisão;
- Instrumentos financeiros (nota explicativa nº 23) – principais premissas utilizadas na mensuração do valor justo;

3 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os

exercícios apresentados e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. As classificações dos ativos financeiros no momento inicial são como segue:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do

dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de financiamentos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- **Mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação no curto prazo, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados inicialmente pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, para qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo, se houver, que deve ser registrada contra outros resultados abrangentes. A Companhia possui passivos financeiros classificados nessa categoria.

- **Mensurados subsequentemente ao custo amortizado:** são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota explicativa nº 23.

Instrumentos financeiros derivativos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não celebrou contrato de instrumentos financeiros derivativos.

b. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são registrados ao custo de aquisição, construção ou formação, que inclui os custos de financiamentos capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas acumuladas de redução ao valor recuperável. Incluem, ainda, quaisquer outros custos para colocar os ativos no local e em condição necessária para que este esteja em condições de operar da forma pretendida pela Administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão localizados e os custos de financiamentos sobre ativos qualificáveis.

No caso de substituição de componentes do ativo imobilizado, o novo componente é registrado pelo custo de aquisição (reposição) caso seja provável que traga benefícios econômicos para a Companhia e se o custo puder ser mensurado de forma confiável, sendo baixado o valor do componente reposto. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os custos com juros sobre financiamentos e custos de financiamentos são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável. Os custos de financiamentos são reconhecidos no resultado com base no método linear em relação às vidas úteis dos ativos fixos a que pertencem.

Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com o Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (“MCPSE”), aprovado pela Resolução Normativa nº 674/2015 pela ANEEL, que na avaliação da Administração representam a vida útil dos bens. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa a período de concessão do parque.

Unidade de geração eólica – Pás	15 anos
Unidade de geração eólica – Gerador	20 anos
Unidade de geração eólica – Nacelle	25 anos
Unidade de geração eólica – Torre	30 anos
Benfeitorias	30 anos
Equipamento de processamento de dados	6 anos

Os ganhos e as perdas na alienação e/ou baixa de um ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos líquidos, dentro de despesas gerais e administrativas, na rubrica “Outros”.

c. Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida de duas formas. (i) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado – ACR (Ambiente de Contratação Regulada) e (ii) através de Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no ambiente Livre – ACL (Ambiente de Contratação Livre), ambos registrados na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

Os contratos da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Geração excedente: Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

Geração deficitária: Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre o 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

d. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)

Ativos financeiros não derivativos

A Companhia, quando aplicável, reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A provisão para perdas com contas a receber de clientes deve ser mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia deve considerar informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia.

A Companhia deve considerar um ativo financeiro como inadimplente quando:

-é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito a Companhia, sem recorrer a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
-O ativo financeiro estiver vencido há mais de 180 dias.

A Companhia não tem histórico de inadimplência de seus ativos financeiros, adicionalmente, com relação às aplicações financeiras, a Companhia somente aplica em bancos de primeira linha e em aplicações que não apresentam risco significativo de perda em seu valor, por estarem garantidas pelo Fundo Garantidor de Crédito.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia deve avaliar se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 180 dias;

- Reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seria aceita em condições normais;

- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou

- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de

impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupo de Ativos.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou sua unidade operadora de caixa exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Anualmente a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado com base no valor em uso dos ativos, sendo calculado com recurso das metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Administração avaliou e concluiu que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não financeiros não são recuperáveis, e, portanto, não houve a necessidade de efetuar o teste de recuperação (impairment test), assim como, nenhum registro de provisão para redução ao valor recuperável foi efetuado.

e. Imposto de renda e contribuição social correntes

O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base no lucro presumido.

A base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 8% no cálculo do imposto de renda e 12% no cálculo da contribuição sobre a receita bruta, proveniente da venda de energia elétrica e de 100% das demais receitas, que não compõem a receita bruta sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10%, para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

f. Provisões

As provisões são reconhecidas em virtude de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for mais provável do que não provável a exigência de um recurso econômico para liquidar essa obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento.

Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca da contraprestação.

(i) Arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém o componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais.

Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. No caso da Companhia os ativos de direito de uso e seus respectivos passivos de arrendamento se referem as terras onde os parques eólicos encontram-se instalados.

A Companhia adota os seguintes critérios de reconhecimento e mensuração inicial dos ativos e passivos:

- Reconhecimento de passivo de arrendamento mercantil na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do passivo de arrendamento mercantil foi realizada ao valor presente dos pagamentos de arrendamento remanescentes, descontados a partir das taxas de juros incrementais de para fontes de financiamento dos ativos subjacentes. A taxa nominal de juros incremental estabelecida foi em média de 10,72% a.a.
- Reconhecimento de ativo de direito de uso na data da aplicação inicial para arrendamentos anteriormente classificados como arrendamento operacional. A mensuração do ativo de direito de uso ao valor equivalente ao passivo de arrendamento mercantil, ajustado pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial, acrescido da estimativa dos custos a serem incorridos com remoção e desmontagem dos parques nos ativos subjacentes objetos de arrendamento ao final do prazo dos contratos de arrendamento.

O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo subjacente, o passivo é amortizado de acordo com o pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor (USD 5).

Os ativos de direito de uso são apresentados no ativo não circulante, sendo representados pelos arrendamentos dos parques eólicos, os quais são amortizados de acordo com o prazo contratual remanescente dos contratos de arrendamento. Anualmente a Companhia irá remensurar os ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos para refletir os reajustes nas contraprestações que espera liquidar.

h. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras da Companhia. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre financiamentos, custos de financiamentos, fianças e comissões bancárias, juros sobre arrendamento que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

4 Novas normas e interpretações

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021.

O Grupo não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

b) Outras Normas

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06)
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26).
- **IFRS 17 Contratos de Seguros.**

5 Caixas, equivalentes de caixa e fundos vinculados

a. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Saldos de caixa e bancos	207	15
Aplicações financeiras(a)	<u>3.026</u>	<u>3.859</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u>3.233</u>	<u>3.874</u>

- (a) Referem-se a aplicações em Certificados de Depósitos Bancários, perante o Banco Santander, com liquidez imediata e prontamente conversíveis em um montante de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança no valor. Com remuneração média em 31 de dezembro de 2020 de 97% da taxa (DI) (95% em 31 de dezembro de 2019).

b. Fundos vinculados

Os valores aplicados em fundos vinculados que fazem parte dos acordos firmados nos contratos de financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (Contas Reserva da Dívida e Contas Reserva de O&M, entre outras) em que é exigido pelo banco financiador que sejam mantidos saldos mínimos estabelecidos nos instrumentos de financiamento. Os fundos vinculados estão classificados no ativo não circulante. As contas centralizadoras são contas correntes de titularidade da Companhia mantidas junto ao banco

administrador das dívidas constituídas exclusivamente para movimentação dos saldos relacionados aos financiamentos.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Debêntures	1.128	-
Centralizadora	2.458	1.755
Reserva O&M	863	810
Reserva especial (i)	17.402	7.037
Reserva de dívida BNDES	3.582	3.559
Total	<u>25.433</u>	<u>13.161</u>

- (i) Conforme definido pelo contrato de cessão fiduciária de direitos, os saldos de caixa remanescentes nas contas centralizadoras dos projetos após pagamento das obrigações devem ser transferidos para as contas reservas especiais. Em decorrência da adesão ao stand still junto ao BNDES, as transferências para essas contas foram majoradas.

6 Contas a receber

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Transações realizadas no ACR (a)	2.412	2.645
Transações realizadas no ACL (b)	591	473
Total	<u>3.003</u>	<u>3.118</u>
Circulante	2.862	3.118
Não circulante (c)	141	-

- (a) Ambiente de Contratação Regulada - Contratos de venda de energia oriundos dos leilões regulados realizados pela CCEE.
 (b) Ambiente de Contratação Livre - Venda de energia realizada através de negociações bilaterais entre as partes e liquidações na CCEE.
 (c) Refere-se aos valores retidos na liquidação financeira da CCEE, os quais devido às liminares do GSF possuem uma expectativa de recebimento em prazo superior a 12 meses.

7 Adiantamento a fornecedores

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Adiantamento a fornecedores (i)	2.120	1.468
Total	<u>2.120</u>	<u>1.468</u>

- (i) Se refere a pagamentos antecipados de fornecedores de materiais e serviços para manutenção do parque eólico

8 Tributos a recuperar e imposto de renda e contribuição social a recuperar

a) Obrigações tributárias

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
PIS a compensar	71	71
COFINS a compensar	360	360
Outros impostos a compensar	12	117
Total	<u>443</u>	<u>548</u>

b) Imposto de renda e contribuição social a recuperar

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		-
CSLL a recuperar	384	101
Outros impostos a compensar	163	-
Total	<u>547</u>	<u>101</u>

9 Despesas pagas antecipadamente

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Seguros a apropriar	278	87
Fianças e compromisso	1	-
Projetos sociais	88	984
Total	<u>367</u>	<u>1.071</u>
Circulante	273	87
Não circulante	94	984

10 Direito de uso e arrendamentos

A Companhia atua como arrendatárias em contratos de terras onde os parques eólicos encontram-se instalados. Desde 1º de janeiro de 2019 a Companhia reconhece esses contratos

de acordo com o CPC 06 (R2), no balanço patrimonial como ativo de direito de uso e passivo de arrendamento.

A movimentação do ativo de direito de uso está demonstrada abaixo:

2020				
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2020
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	528	271	(19)	780
Total do ativo	528	271	(19)	780

2019				
	Valor líquido em 01/01/2019	Adoção inicial CPC 06 (R2)	Amortizações	Valor líquido em 31/12/2019
Ativo de direito de uso				
Arrendamento parques eólicos	-	540	(12)	528
Total do ativo	-	540	(12)	528

Composição dos saldos de passivo de arrendamentos:

	30/12/2020	31/12/2019
Passivo de arrendamento	809	539
Total	809	539
Circulante	4	1
Não circulante	805	538

A movimentação do passivo de arrendamento, está demonstrada abaixo:

2020					
	Valor líquido em 01/01/2020	Adições	Pagamentos	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2020
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	539	271	(57)	56	809
Total	539	271	(57)	56	809
2019					

	Saldo em 01/01/2019	Adoção inicial	Pagamentos de principal e juros	Juros incorridos	Valor líquido em 31/12/2019
Passivo de arrendamento					
Arrendamentos parques eólicos	-	540	(58)	57	539
Total	<u>-</u>	<u>540</u>	<u>(58)</u>	<u>57</u>	<u>539</u>

11 Imobilizado

Por natureza, os valores dos ativos imobilizados estão compostos da seguinte forma:

	Vida útil	31/12/2020			31/12/2019
		Custo	Depreciação	Valor líquido	Valor líquido
Imobilizado em andamento		1.413	-	1.413	65
Máquinas e equipamentos	15-30 anos	152.713	(29.198)	123.515	130.227
Benfeitorias	30 anos	3.287	(546)	2.741	2.866
Equipamentos de informática	6 anos	6	(5)	1	3
		<u>157.419</u>	<u>(29.749)</u>	<u>127.670</u>	<u>133.161</u>

Abaixo seguem as movimentações do imobilizado:

	2020			
	Saldo em 31/12/2019	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2020
Imobilizado em andamento	64	1.349	-	1.413
Máquinas e equipamentos	130.228	27	(6.741)	123.514
Benfeitorias	2.866	-	(125)	2.741
Equipamentos de informática	3	-	(1)	2
Total	<u>133.161</u>	<u>1.376</u>	<u>(6.867)</u>	<u>127.670</u>

	2019					
	Saldo em 31/12/2018	Adição	Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2019
Imobilizado em andamento	-	230	(166)	-	-	64
Máquinas e equipamentos	136.933	18	166	-	(6.889)	130.228
Benfeitorias	3.120	13	-	(150)	(117)	2.866
Equipamentos de informática	3	-	-	-	-	3

Total	<u>140.056</u>	<u>261</u>	<u>-</u>	<u>(150)</u>	<u>(7.006)</u>	<u>133.161</u>
--------------	-----------------------	-------------------	-----------------	---------------------	-----------------------	-----------------------

Determinados ativos imobilizados da Companhia são dados em garantia em face dos financiamentos obtidos. Para maiores detalhes, consultar nota explicativa nº 13

12 Fornecedores

Natureza	31/12/2020	31/12/2019
Materiais e serviços (a)	651	18
Seguros	183	1
Taxas e emolumentos	3	3
Provisões (b)	1.053	731
Partes relacionadas (c)	3.380	2.091
Outros	1	-
Total	5.271	2.844

- (a) Refere-se a obrigações referente a manutenção do parque eólico
 (b) Refere-se a obrigações com fornecedores contratados para fornecer materiais e serviços inerentes a manutenção dos parques, onde a companhia ainda não recebeu as referidas faturas.
 (c) Conforme nota explicativa nº 22.

13 Financiamentos

Financiamentos	Taxa de juros	Vencimento final	31/12/2020	31/12/2019
Financiamentos BNDES	2,88% a.a. + TJLP	Maio/2033	92.864	92.758
Total			92.864	92.758
Circulante			7.300	14.729
Não circulante			85.564	78.029

As movimentações dos financiamentos aconteceram da seguinte forma:

Saldo em 31 de dezembro de 2018	99.836
Juros incorporados a dívida	8.633

Custo de captação	(544)
Custo de captação incorrido	211
Juros pagos	(8.341)
Amortização do principal	<u>(7.037)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2019	<u>92.758</u>
Juros incorporados a dívida	7.055
Custo de captação incorrido	208
Juros pagos	(3.607)
Amortização do principal	<u>(3.550)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2020	<u>92.864</u>

Abaixo é demonstrado o cronograma de amortização do financiamento:

Vencimento em:	<u>2020</u>
2022	7.689
2023	7.689
2024	7.689
2025	7.689
2026	7.689
2027 a 2033	<u>47.119</u>
Total	<u>85.564</u>

a. Garantias

As garantias dos financiamentos são usuais para estrutura de financiamento de projetos. Os contratos de financiamento têm como garantias, cessão fiduciária de direitos de crédito decorrentes de qualquer contrato de venda de energia, penhor das ações e penhor dos equipamentos, incluindo contas reservas, cessão dos direitos creditórios e emergentes da autorização e alienação das máquinas e equipamentos.

b. Covenants

Os referidos contratos possuem cláusulas restritivas, as quais são monitoradas pela Companhia, como segue:

- (a) Receber a receita decorrente da prestação de serviços de geração exclusivamente em uma “Conta Centralizadora” aberta para tal fim.
- (b) Manutenção, até o vencimento do contrato, das seguintes contas reservas: Conta Reserva do serviço da dívida, conta reserva de O&M e conta reserva especial.

- (c) Não firmar contratos de mútuo com seus acionistas nem assumir novas dívidas sem prévia autorização do BNDES, a não ser emissão de debêntures previstas em contrato (exclusivamente BNDES).
- (d) Não realizar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, distribuição de dividendos, nem pagamento de juros sobre o capital próprio, cujo valor, isolada ou conjuntamente, seja superior ao percentual estabelecido no §2º do art. 202 da Lei nº 6.404/76.
- (e) Manter durante toda a vigência do contrato ICSD igual ou maior que 1,30.
- (f) Manter os contratos de Serviço e Manutenção vigentes.

14 Provisão para ressarcimento

	31/12/2020	31/12/2019
Provisão para ressarcimento - anual formado	3.450	1.147
Provisão para ressarcimento - quadrienal em formado	8.840	6.016
Total	12.290	7.163
Circulante	12.290	1.147
Não circulante	-	6.016

Ressarcimentos anual e quadrienal: Os contratos regulados para a Companhia são oriundos do 2º Leilão de Fontes Alternativas (Tiangá). Estes contratos são da modalidade disponibilidade, e, portanto, possuem regras específicas para a valoração das variações entre a energia gerada/entregue no contrato e a obrigação contratual. Para os casos de ressarcimento, ou seja, com geração inferior à obrigação contratual, o contrato define que: i) geração anual de energia inferior a 90% da obrigação contratual anual gera um ressarcimento a ser pago ao final de um período de quatro anos do contrato; e ii) geração anual de energia inferior a 100% e superior a 90% da obrigação anual contratada gera um ressarcimento a ser pago no ano seguinte. Em nov/20 e dez/20 ocorrem o final do primeiro quadriênio destes contratos. Desta forma, toda geração anual inferior a 90% da obrigação contratual dos anos de 2017, 2018, 2019 e 2020 foi acumulada e será paga ao longo de 2021. Adicionalmente, considera-se o valor de geração entre 90% e 100% da obrigação contratual no ano de 2020, que será paga ao longo de 2021.

Ainda, em virtude do Despacho Aneel 2303 de 2019, o ressarcimento anual de 2019 que seria pago ao longo de 2020 foi suspenso, sendo, portanto, mantido como ressarcimento a pagar em 2021.

15 Obrigações tributárias e imposto de renda e contribuição social a recolher

a) Obrigações tributárias

	31/12/2020	31/12/2019
PIS a recolher	19	36
COFINS a recolher	85	166
Outros impostos a recolher	-	314
Parcelamento de impostos federais	74	-
Total	178	516

b) imposto de renda e contribuição social a recolher

	31/12/2020	31/12/2019
Imposto de renda e contribuição e social a recolher	264	178
Total	264	178

16 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social correntes do período de 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.002 (R\$ 901 em 31 de dezembro de 2019).

	31/12/2020	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	22.507	22.507
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.801	2.701
Demais receitas	979	979
Alíquota nominal	25%	9%
Corrente	671	331
Alíquota efetiva	24,14%	9%
	31/12/2019	
	Imposto de Renda	Contribuição Social

Lucro presumido		
Receitas de operações com energia elétrica	24.180	24.180
Alíquota de presunção	8%	12%
Lucro presumido	1.934	2.902
Demais receitas	537	517
Alíquota nominal	<u>25%</u>	<u>9%</u>
Corrente	<u>594</u>	<u>307</u>
Alíquota efetiva	24,04%	8,98%

17 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 67.444 em 31 de dezembro de 2020 (83.024 em 31 de dezembro de 2019) e está representado por 58.189 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

Conforme assembleia geral extraordinária ocorrida em 22 de abril de 2020, ocorreu o cancelamento do capital a integralizar de 14.982, resultando no cancelamento de 24.151 ações. Houve ainda a redução de capital com efetiva devolução de recurso ao acionista de R\$ 598, mediante redução de 683 ações

b. Dividendos

Dentre as principais determinações do contrato social, estão destacadas que em cada exercício será realizada distribuição de 25%, a título de dividendos mínimos obrigatórios, ajustados nos termos da Lei, quando aplicável. Como a Companhia percebeu prejuízos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve distribuição de dividendos.

18 Receita operacional líquida

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Receita bruta de energia elétrica (a)	21.373	23.835
Outras receitas (i)	<u>1.134</u>	<u>345</u>
Total receita bruta de vendas	<u>22.507</u>	<u>24.180</u>
- PIS	(145)	(154)
- COFINS	<u>(674)</u>	<u>(710)</u>
Deduções da receita	<u>(819)</u>	<u>(864)</u>
Receita operacional líquida	<u><u>21.688</u></u>	<u><u>23.316</u></u>

A seguir, demonstramos a segregação de receita bruta por tipo de contrato:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
CCEAR (a)	20.478	22.082
ACL (b)	168	365
SWAP (c)	<u>727</u>	<u>1.388</u>
Total	21.373	23.835

- (a) Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado Refere-se a recebimentos
 (b) Ambiente de Contratação Livre
 (c) Transação de Compra e Venda de Energia
- (i) Refere-se a recebimentos por parte do fornecedor de manutenção da Companhia em função do não cumprimento do acordo estabelecido de disponibilidade de geração do parque eólico.

19 Custos de operação

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Depreciação	(6.867)	(7.006)
Compartilhamento de custos (i)	(515)	(643)
Engenharia e gestão de processos O&M	(3.901)	(2.872)
Encargos de conexão e transmissão	(1.340)	(1.341)
Compra de energia	(531)	(1.212)
Serviços de terceiros	(524)	(59)
Taxas e alvarás diversos	(112)	(134)
Seguros	(176)	(137)
Amortização de direitos de uso	(19)	(12)
Materiais	(85)	(38)
Outros	<u>(77)</u>	<u>(48)</u>
Total	<u>(14.147)</u>	<u>(13.502)</u>

- (i) Os saldos de compartilhamento de custos referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A, controladora final aos quais são reembolsados pela Companhia. Conforme nota explicativa nº 22.

20 Despesas gerais e administrativas

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Compartilhamento de despesas (i)	(774)	(538)

Serviços de terceiros	(70)	(88)
Legais, judiciais e publicações	(31)	(93)
Despesas com cartório	-	(3)
Impostos e taxas	-	(512)
Taxas e alvarás diversos	(26)	-
Total	(901)	(1.234)

- (i) Os saldos de compartilhamento de despesas referem-se ao reembolso de gastos liquidados pela Echoenergia Participações S.A, controladora final aos quais são reembolsados pela Companhia. Conforme nota explicativa nº 22.

21 Receitas e despesas financeiras

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Rendimento de aplicação	433	577
Receitas financeiras	433	577
Juros sobre financiamentos	(7.055)	(8.633)
Despesa captação de financiamentos	(208)	(211)
Juros sobre arrendamento	(56)	(57)
Outras despesas financeiras	(60)	(127)
Despesas financeiras	(7.379)	(9.028)

22 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos em 31 de dezembro de 2020, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios, decorrem de transações da Companhia, as quais estão descritas abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
<u>Ativo</u>		
Ventos de São Jorge – Mútuo (b)	913	713
Total	913	713
<u>Passivo</u>		
Ventos de São Jorge – Mútuo (b)	200	-
Echoenergia Participações S.A. – Fornecedor (a)	3.380	2.091
Total	3.580	2.091

Resultado

Compartilhamento de custos (a)	(515)	(643)
Compartilhamento de despesas (a)	(774)	(538)
Total	(1.289)	(1.181)

- a) A Companhia possui contrato de compartilhamento de despesas e custos a pagar com a Controladora Echoenergia Participações S.A. O critério de rateio se dá com base na garantia física homologada pela ANEEL para cada Controlada em face do total de garantia homologada para todo o grupo. O saldo em aberto possui expectativa de liquidação em 2021. Os principais gastos compartilhados são:
- Custos com pessoal, tecnologia da informação e comunicação;
 - Despesas legais e advocatícias e seguros
- b) Mútuo financeiro entre Companhias do Grupo. As operações de mútuo não ocorrem a incidência de juros.

Remuneração dos administradores

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores da Companhia são remunerados pela controladora final Echoenergia Participações S.A, que repassa para a Companhia por meio de contrato de compartilhamento de custos e despesas.

23 Instrumentos financeiros

A Companhia possui operações com instrumentos financeiros. O gerenciamento desses instrumentos financeiros é feito por meio de monitoramento e controles internos que visam mitigar os riscos advindos desses instrumentos financeiros. A Companhia possui um comitê, instaurado permanentemente que tem por finalidade analisar todos os fatores internos e externos que possam aumentar o risco de crédito, cambial e de liquidez atrelados as operações com instrumentos financeiros. As atividades relacionadas a gestão e monitoramentos dos riscos envolvem principalmente o acompanhamento da evolução das taxas de juros que podem impactar tanto os fluxos de caixa da Companhia bem como o valor de mercado dos instrumentos financeiros, o risco de crédito de seus ativos financeiros, e o monitoramento regular das cláusulas de *covenants*. As projeções e acompanhamento dos fluxos de caixa da Companhia são monitoradas semanalmente com vistas a garantir o cumprimento das obrigações financeiras e liquidez da Companhia.

A Companhia não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

		31/12/2020		31/12/2019	
Nota	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	
Ativos financeiros					
Bancos	5.a	207	-	15	-
Aplicações financeiras	5.a	-	3.026	-	3.859
Fundos vinculados	5.b	-	25.433	-	13.161

Contas a receber	6	3.003	-	3.118	-
Passivos financeiros					
Fornecedores	12	5.271	-	2.844	-
Financiamentos	13	92.864	-	92.758	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

	Nota	Nível (b)	31/12/2020		31/12/2019	
			Valor contábil	Valor de Mercado	Valor contábil	Valor de Mercado
Bancos e aplicações financeiras	5.a	Nível 2	3.233	3.233	3.874	3.874
Contas a receber	6	Nível 2	3.003	3.003	3.118	3.118
Fundos vinculados	5.b	Nível 2	25.433	25.433	13.161	13.161
Fornecedores	12	Nível 2	5.271	5.271	2.844	2.844
Financiamentos (a)	13	Nível 2	92.864	92.864	92.758	92.758
Total			129.804	129.804	115.755	115.755

- (a) A Administração da Companhia entende que o valor de mercado de seus financiamentos é similar ao valor contábil, devido ao fato de que, os respectivos financiamentos foram contraídos sob as mesmas condições de mercado existentes em 31 de dezembro de 2020.
- (b) A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação.

Nível 1 - preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível 3 - técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

24 Gerenciamento de riscos

A Administração é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Risco operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado relacionado ao parque eólico.

Visando a mitigação do risco operacional a Companhia gerencia o risco operacional da seguinte maneira:

- Profissionais altamente treinados e capacitados.
- Contratos robustos de operação e manutenção.
- Processos sólidos e bem definidos.

- Análises diárias, semanais, mensais da capacidade operacional, bem como dos fatores internos e externos atrelados à operação.
- Acompanhamento dos sistemas de gestão e aplicação das políticas de Meio Ambiente, Saúde e Segurança.
- Centro de controle operacional de alta tecnologia.
- Monitoramento de matriz de risco.
- Gestão do relacionamento com a comunidade.

Risco de Crédito

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras e contas a receber é administrado pela tesouraria bem como por um Comitê permanente da Companhia de acordo com as políticas por estes estabelecidas. Os recursos excedentes de caixa e equivalentes de caixa são investidos apenas em instituições financeiras autorizadas e aprovadas pela controladoria, avalizadas pela Diretoria Executiva, respeitando limites de crédito definidos, os quais são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. As vendas de energia que geram o contas a receber da Companhia são pactuadas somente com clientes com capacidade de liquidez e por meio de robustas garantias financeiras. Abaixo são demonstrados os saldos contábeis suscetíveis ao risco de crédito:

	Nota	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5.a	3.233	3.874
Fundos vinculados	5.b	25.433	13.161
Contas a receber	6	<u>3.003</u>	<u>3.118</u>
Total		<u>31.669</u>	<u>20.153</u>

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia possui ativos financeiros representados por caixa que resultam diretamente das integralizações dos acionistas. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivos financeiros remanescentes na data de reporte. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos de compensação.

Fluxos de caixa contratuais

31/12/2020	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 1 a 2 anos	Entre 2 a 5 anos	Mais que 5 anos
Fornecedores	5.271	5.271	-	-	-
Financiamentos	92.864	14.454	28.389	38.062	62.437
Total	98.135	19.725	28.389	38.062	62.437

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Administração da Companhia não efetua investimentos em ativos financeiros que possam gerar oscilações relevantes nos seus preços de mercado.

Riscos e taxas de juros

A Companhia entende que os riscos de taxa de juros estão ligados a possibilidade de perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade

Em atendimento ao item 40 do CPC 40 – Instrumento Financeiros Evidenciação, a Companhia efetua a análise de sensibilidade de seus instrumentos financeiros.

A análise de sensibilidade tem como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro, mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

No quadro a seguir estão apresentados todos os instrumentos financeiros da Companhia que estão expostos à indexadores, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário provável adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central e projeções de longo prazo do Banco Bradesco S.A., com 25% e 50% de aumento do risco

Variação das taxas de juros e índices	Variação 31/12/2020	Cenário provável 31/12/2021	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Risco de aumento das taxas de juros e índices TJLP (a)	4,39%	4,47%	0,08 p.p	0,10 p.p	0,12 p.p
Risco de redução das taxas de juros e índices CDI (b)	2,76%	3,37%	(0,61) p.p	0,76 p.p	0,92 p.p

Risco de aumento (passivo)	Índice	Saldos em 31/12/2020	Sensibilidade		
			Provável	Δ + 25%	Δ + 50%
Financiamentos	TJLP	92.864	4.151	5.189	6.227
Total		92.864	4.151	5.189	6.227

Risco de redução (ativo)

Aplicações financeiras e fundos vinculados	CDI	<u>28.459</u>	<u>959</u>	<u>1.199</u>	<u>1.439</u>
<i>(a) Taxa de juros de longo prazo – Boletim Focus</i>					
<i>(b) Certificado de Depósito Interbancário - Fonte: Projeções Bradesco Longo Prazo</i>					

25 Contingências

Em 31 de dezembro de 2020, conforme a assessoria jurídica da Companhia, não tramitam em esfera judicial e administrativa processos cíveis, trabalhistas e fiscais classificados como prováveis e possíveis de perdas, portanto, nenhuma provisão foi constituída e nenhuma divulgação foi necessária

26 Compromissos futuros

A seguir são divulgados os principais compromissos da Companhia para os anos subsequentes.

	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2025 a 2037</u>
(CUST / CCT) (a)	2.876	2.876	2.876	2.876	37.388
Contratos de (O&M) (b)	3.445	3.587	3.710	3.833	49.829
Total	<u>6.321</u>	<u>6.463</u>	<u>6.586</u>	<u>6.709</u>	<u>87.217</u>

a) Encargos devido ao uso do sistema de transmissão (CUST/CCT)

Durante toda a operação dos projetos, a Companhia irá incorrer com gastos referentes aos encargos por uso do sistema de transmissão, objeto dos Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) e Contratos de Conexão (CCT) para empreendimentos conectados na rede de transmissão.

Para o ano de 2020 os encargos foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021 (julho/20 a junho/21) para projetos conectados na rede de transmissão, sem a utilização de correção/reajuste nas tarifas para os meses.

Para os anos a partir de 2021 os encargos também foram calculados considerando as tarifas vigentes para o ciclo tarifário 2020/2021.

b) Contratos de Operação e Manutenção (O&M)

A Companhia possui contratos com fornecedores para manutenção dos aerogeradores.

27 Eventos subsequentes

Até a data da emissão das demonstrações financeiras da Companhia não houveram eventos subsequentes a serem divulgados.